



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 17.393/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais Bonitense, **Sr. Luiz Freitas Neto**, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos integrais ao *Sr. José Manuel de Lima*, matrícula nº 00.11.211, Vivilante, lotado na Prefeitura Municipal, que contava, à época do ato, com 12.852 dias de tempo de serviço e idade de 66 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria nº 019/19] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 17.393/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *José Manuel de Lima*

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais Bonitense

Gestor Responsável: **Luiz Freitas Neto**

Procurador/Patrono: Não há

Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 2.029/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 17.393/19** referente Aposentadoria Voluntária com proventos integrais do *Sr. José Manuel de Lima*, matrícula nº 00.11.211, Vigilante, lotado na Prefeitura Municipal, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria nº 019/19], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 31 de outubro de 2019.

Assinado 7 de Novembro de 2019 às 12:55



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 4 de Novembro de 2019 às 16:55



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 5 de Novembro de 2019 às 10:21



Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO